

BOLETIM 407

Brasília, 8 de agosto de 2017

FETRACONSPAR promove VII Seminário sobre legislação trabalhista e previdenciária

Nos dias 3 e 4 de agosto de 2017, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR) realizou o VII Seminário de Aperfeiçoamento sobre Legislação Trabalhista e Previdenciária, abordando assuntos urgentes do movimento sindical nos contextos político, econômico e social brasileiros e internacionais.

Contando com 78 participantes inscritos, entre trabalhadores das entidades filiadas e dirigentes sindicais, o evento aconteceu na sede da entidade, em Curitiba(PR).

As boas-vindas aos participantes foram dadas pelo secretário de Formação Sindical, Altamir Laureano da Silva, seguidas pela exibição de um vídeo com a retrospectiva de eventos realizados pela Federação durante o ano de 2017, bem como a execução do Hino Nacional Brasileiro e pela composição da mesa de abertura, formada pelo presidente em exercício, Reinaldim Barboza; o secretário-geral, César de Oliveira; e o secretário de Finanças da entidade, Denilson Pestana. Na ocasião, foi apresentada a programação do evento que se estendeu por dois dias.



VII Seminário: intensa e empolgada participação dos trabalhadores e dirigentes sindicais



Reinaldim, ao centro, faz a abertura dos trabalhos ao lado de Denilson e César de Oliveira

A primeira palestra foi proferida pelo Diretor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Clemente Ganz Lúcio, sob o título “Conjuntura Econômica e Sindical no País Pós-reformas”. Sua exposição tratou das condições políticas e econômicas que configuram o contexto brasileiro mais recente sob as perspectivas do trabalho e do emprego após a reforma trabalhista, bem como a reforma Previdenciária, que está



Denilson durante os debates do Seminário

prevista para ser votada pelo Congresso nos próximos meses.

O palestrante destacou que ainda é grande o desconhecimento da sociedade sobre a profundidade do real impacto da reforma na vida do trabalhador e sobre o caráter neoliberal e o entreguismo do governo brasileiro às nações estrangeiras.

MEI - A segunda palestra foi ministrada pelo diretor Jurídico do SESCAP - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná, Euclides Locatelli, com o tema: "MEI (MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL). - Onde pode trabalhar; - Fiscalização" onde tratou sobre as atividades dos microempreendedores individuais (MEIs) e suas subversões realizadas por empresas que buscam driblar a legislação trabalhista.

Dando continuidade aos trabalhos, o secretário de Finanças da FETRA CONSPAR e presidente da NCST no Paraná, Denilson Pestana, falou sobre os Pontos Inconstitucionais da Reforma Trabalhista, quando apresentou propostas e estratégias do movimento sindical.



Mazinho representou a CONTRICOM no evento

Outra palestra, do dr. Maurício Rocha, advogado atuante no Direito Previdenciário e Trabalhista, tratou da Reforma da Previdência.

O último dia do Seminário contou com a palestra do presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa - Mazinho, que discorreu sobre a atual conjuntura política em Brasília e as ações desenvolvidas pela Confederação.

O dirigente sindical falou das dificuldades do movimento sindical, inclusive de acesso ao recinto do Congresso Nacional, o que demonstra que "os parlamentares, com as honrosas exceções de sempre, os mesmos que estão sendo denunciados continuamente por diversos crimes, não querem a presença do povo no legislativo".

Mazinho abordou, ainda, as duas reformas que – Trabalhista e Previdenciária – que retiram direitos dos trabalhadores e falou do desafio do sistema confederativo de enfrentar a nova realidade imposta pelo fim da contribuição sindical compulsória. Nesse ponto, falou da situação da CONTRICOM e a necessidade de buscar novas alternativas de sustentação da entidade e de sua luta.



Zilmara Alencar: a realidade do país pós-reformas

Já a dra. Zilmara Alencar, debateu a conjuntura do país pós-reformas, quando ressaltou os novos desafios do momento e as estratégias que podem ser adotadas para resistir e tentar impedir os retrocessos.

Segundo o presidente da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza, “como já era esperado, o seminário da cumpriu sua missão com a formação da classe sindical e a excelência dos serviços prestados aos trabalhadores, apresentando um panorama geral, mas bastante consistente, do momento e problemas pelos quais o mercado de trabalho e o movimento sindical passam”.

O dirigente sindical ressaltou que “os desafios devem ser enfrentados e vencidos pelas entidades sindicais, traçando estratégias sobre o modo como essas batalhas devem ser travadas”.

Durante o encerramento do evento, também foi aberto um espaço para o presidente do STICM de Paranaguá e Conselheiro Fiscal da Federação, José Ávido Pacheco, abordar sua experiência na recuperação e a importância dos cuidados com a saúde.

Fonte: FETRACONSPAR/Comunicação CONTRICOM



Mazinho reúne-se com Reinaldim e Denilson Pestana

O presidente Mazinho aproveitou sua presença em Curitiba para discutir a situação da CONTRICOM com os dirigentes daquela entidade, que também são dirigentes da confederação, frente à situação criada com a aprovação da chamada “reforma” trabalhista.

Segundo Mazinho, foram debatidos “tanto os assuntos relativos aos interesses diretos dos trabalhadores, que estão sendo seriamente ameaçados, como também aqueles que dizem respeito à própria sobrevivência das entidades sindicais, dos sindicatos às centrais”.

Todos concordaram que a nova lei tem por objetivo enfraquecer politicamente e materialmente as entidades do sistema confederativo para anular a sua capacidade de negociação frente ao setor patronal, principalmente o grande capital, como também a necessidade de, além de resistir por todos meios à reforma, buscar alternativas que possam dar sustentação às organizações sindicais.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



MP que altera pontos da reforma trabalhista deve ser editada em agosto

A medida provisória (MP) que vai alterar pontos da reforma trabalhista deve ser editada ainda em agosto, disse nesta segunda-feira (7) o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que foi um dos relatores da proposta. O parlamentar participa de um grupo com senadores, o relator da reforma na Câmara e representantes do governo federal, que busca convergência em torno do conteúdo da MP, que irá alterar pontos específicos do texto aprovado pelo Congresso Nacional e já sancionado por Temer.

"Eu acho que é a tendência [ser editada em agosto]. Estamos trabalhando com esse objetivo. Agora, o que está nos movendo mais: é o tempo ou é fazer uma lei que não descaracterize os princípios que fazem parte do escopo ou do objetivo original? Se tiver que gastar 10 dias a mais ou 15 dias a mais, a nossa tese é que a pressa é inimiga da perfeição", disse Ferraço após participar de um debate sobre a reforma na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A lei foi sancionada, sem vetos, no dia 13 de julho. Durante a tramitação no Senado, o governo fez uma promessa aos parlamentares de que alteraria, posteriormente, os pontos mais polêmicos do texto aprovado pela Câmara. A intenção era acelerar a tramitação, uma vez que, caso os senadores fizessem mudanças ao texto da Câmara, o projeto teria que voltar a ser analisado pelos deputados para só depois ser sancionado.

A previsão de Ferraço é de que a MP leve até quatro meses para ser discutida no Congresso.

Como entra em vigor na data de sua publicação, o texto já efetivará as alterações mesmo que o debate parlamentar não tenha se encerrado quando a reforma entrar em vigor, em novembro.

Além de Ferraço, discutem a MP membros do Ministério do Trabalho, o relator da reforma na Câmara dos Deputados, Rogério Marinho (PSDB-RN), e os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Armando Monteiro (PTB-PE) e Marta Suplicy (PMDB-SP).

O senador disse que não há hipótese de a MP descaracterizar a lei e afirmou acreditar que já foi superada a posição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que inicialmente se opôs a mudanças na legislação. "Em um primeiro momento houve esse desabafo, mas depois a realidade se impôs", disse Ferraço sobre a declaração de Maia.

Alterações - Ferraço disse que, entre os pontos em que ainda não há consenso sobre o texto, está a liberação para que **gestantes e lactantes** trabalhem em local insalubre. Além disso, o grupo também discute questões operacionais sobre a jornada intermitente, como a penalidade para patrões e empregados que descumprirem o que foi acordado. Nesse tipo de trabalho, são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade, independentemente do tipo de atividade do empregado.

Quanto às gestantes e lactantes, Ferraço afirmou que a questão é "sensível", e ponderou que a proibição pode levar a restrições para a empregabilidade das mulheres em áreas como a da saúde. "A insalubridade se apresenta em níveis diferenciados. Em um hospital, a insalubridade da sala de imagem não é a mesma da recepção", disse ele.



O senador afirmou que já há pontos definidos quanto à **jornada intermitente**, como a definição de que o salário por hora de quem trabalhar nesse regime terá que ser igual a quem trabalhar com uma jornada semanal mais extensa.

O senador afirmou que um dos pontos que já é consenso no grupo é a inclusão da discriminação por orientação sexual entre as possibilidades de **dano extrapatrimonial** em que o trabalhador pode ser indenizado. "Estamos ampliando esses princípios, que são valores de uma sociedade com diversidade", disse ele.

A MP deve alterar também o cálculo do pagamento máximo de indenização por dano extrapatrimonial, que passará a levar em conta o benefício máximo do INSS, em vez do salário do empregado. "Há um debate de que isso [vincular ao salário] nivela por baixo o valor da vida. E está sendo alterado para esse princípio, relacionado aos benefícios do regime geral porque vale para todos".

O dano leve poderá custar uma indenização de até três vezes o benefício máximo. Esse valor sobe para cinco vezes no dano médio, para 20 vezes no dano grave e para 50 vezes, no gravíssimo. Em caso de reincidência, a Justiça pode ainda dobrar a indenização.

Fonte: Agência Brasil

Debate em CPI critica reforma da Previdência

Participantes de audiência pública promovida pela CPI que investiga as contas da Previdência Social criticaram duramente, nesta segunda-feira (7), a proposta de reforma



previdenciária encaminhada pelo governo ao Congresso. Eles foram unânimes ao apontar falhas na proposta de emenda à Constituição, que tramita na Câmara dos Deputados. E apresentaram sugestões para melhorar as contas da Previdência. A audiência pública marcou o reinício dos trabalhos da CPI, que é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e tem como relator o senador Hélio José (PMDB-DF).

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips), Clodoaldo Batista Neri Júnior, disse que o governo faz projeções com base em período de recessão e usa dados demográficos pouco confiáveis. Ele lamentou o fato de as "regras mudarem durante o jogo e de forma unilateral" — o que comprometeria a confiança do trabalhador no sistema previdenciário.

Na visão do diretor da Anadips, o governo precisa repensar as anistias que comprometem recursos da Previdência. Ele chegou a sugerir que a apropriação desses recursos seja considerada crime de responsabilidade, com perda de mandato. Para o diretor, o governo deveria cobrar as dívidas de grandes devedores e pensar em uma nova contribuição previdenciária, numa reforma



tributária mais ampla. Neri Júnior também disse que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) tem impactado negativamente as contas da Previdência.

— Esse impacto o governo vai chamar de rombo e depois vai cobrar dos idosos, dos deficientes, dos mais pobres. Precisamos de uma Previdência que dê segurança e confiança ao trabalhador. Essa reforma, do jeito que está, é perversa, cruel e desumana, e desprotege quem deveria proteger — afirmou.

Representante do Instituto Brasileiro de Atuários (IBA), Marília Vieira Machado reconheceu que o Brasil precisa de uma reforma no sistema previdenciário, mas não a proposta pelo governo Temer. Segundo Marília Machado, as contas da Previdência deveriam ser unificadas, com a contabilidade separada das contas do governo.

— O financiamento da máquina pública deveria ser segregado das contas da Previdência. Entendemos também que deve haver um plano único para todos os brasileiros — disse.

Fonte: Agência Senado

Paim: governo deve cobrar devedores da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a retomada dos trabalhos da CPI da Previdência, em pronunciamento nesta segunda-feira (7). Paim se disse surpreso com os números apurados pela comissão a respeito do rombo nas contas do INSS.

Segundo o senador, era esperado que os desvios de recursos da Previdência Social estivessem em torno de R\$ 1 trilhão. Porém, de

acordo com Paim, a CPI verificou que, de 2002 para cá, já foram desviados em torno de R\$ 3 trilhões dos recursos que deveriam ser destinados às aposentadorias.

Na opinião de Paulo Paim, já está provado que a reforma da Previdência serve apenas para prejudicar trabalhadores e aposentados. Para ele, o governo precisa cobrar os maiores devedores da União.

Fonte: Agência Senado

INSS vai reconhecer aposentadoria por idade de forma automática

Depois do reconhecimento do direito, INSS enviará carta a segurado, que deverá requerer benefício por central de atendimento.

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não precisarão mais comparecer a um posto de atendimento para pedir a aposentadoria por idade. Portaria publicada no “Diário Oficial da União” no dia 28 de julho determina que haverá o reconhecimento automático do direito, a partir da verificação das informações constantes nos sistemas corporativos do INSS e nas bases de dados do governo.

O INSS então enviará comunicado aos segurados sobre a concessão do benefício. O segurado poderá então requerer a concessão do benefício por meio do número 135. Para a realização do pedido será solicitada a confirmação dos dados pessoais, como ocorre no Sistema de Agendamento.

De acordo com a portaria, o benefício poderá ser confirmado no ato ou poderá ser solicitado contato posterior para confirmação.

A data da ligação para a Central 135 será considerada como a Data de Entrada do Requerimento.

Após processamento do reconhecimento do direito, o INSS enviará comunicado ao cidadão indicando as informações sobre os dados da concessão e pagamento do benefício.

Atualmente, o reconhecimento não é automático - o segurado precisa agendar o pedido pelo 135 e deve ir até uma agência da Previdência Social para dar entrada no requerimento.

Pente fino - Os aposentados por invalidez do INSS serão alvos da próxima fase do Operação Pente-Fino, que está revisando os benefícios por incapacidade. O governo federal anunciou que, após a operação realizada para revisar o pagamento do auxílio-doença, o INSS revisará as aposentadorias por invalidez, já a partir deste mês.

Fonte: Jusbrasil

CAS analisa projetos que sobre saques do FGTS

Dois projetos que permitem aos trabalhadores sacarem os recursos da conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) estão na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Um deles prevê a autorização para trabalhadores com mobilidade reduzida para a compra de automóveis. O outro prevê a movimentação na conta para que o trabalhador possa arcar com o custeio ou o ressarcimento de



despesas com planos de saúde. A reunião está marcada para quarta-feira (9), após audiência pública que começará às 9h.

O PLS 625/2015 prevê que o saque no FGTS poderá ser autorizado em benefício de trabalhador com mobilidade reduzida que necessitar adquirir veículo automotor próprio. O texto que será votado é o substitutivo (texto alternativo) do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ao projeto original, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), já aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O substitutivo trouxe duas mudanças pontuais ao PLS. A primeira foi a autorização do saque do FGTS em favor apenas do trabalhador com “mobilidade reduzida”, e não para qualquer trabalhador com deficiência, como previa a proposta original. A segunda alteração foi a eliminação da necessidade de prescrição, por profissionais da área de saúde, para que a pessoa tivesse acesso ao benefício. O relatório da relatora na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS) é pela aprovação do texto como veio da CDH.

Saúde - O outro texto (PLS 376/2016) autoriza o trabalhador a movimentar sua conta do FGTS para arcar com o custeio ou o ressarcimento de despesas com plano de saúde. O projeto foi apresentado pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-



GO), que ressalta o fato de mais de um milhão de brasileiros terem cancelado seus planos privados no último ano.

Os dois textos têm decisão terminativa na CAS. Isso significa que, se forem aprovados e não houver recurso para a votação em plenário, seguem direto para a Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Dieese aponta alta do custo de vida em SP

O Índice do Custo de Vida (ICV) na cidade de São Paulo aumentou 0,13% em julho na comparação com junho, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Nos últimos 12 meses, a taxa subiu 2,09% e, nos primeiros sete meses do ano, 0,92%.

Dos dez grupos pesquisados, quatro apresentaram avanços de preços. Os que influenciaram mais a elevação do ICV foram habitação (0,95%) e alimentação (0,12%). Entre os gastos em habitação que mais pressionaram o orçamento doméstico estão a conta de luz com alta de 6,15% e o gás de cozinha, 1,66%.

Em relação aos alimentos, a inflação foi constatada no consumo fora de casa (0,78%) e nos itens carne industrializada (0,62%), legumes (18,16%), hortaliças (3,33%) e frutas (2,20%). Em movimento oposto tiveram baixa a carne bovina (-1,18%), a suína (-2,54%), grãos (-1,91%); aves e ovos (-3,18%) e raízes e tubérculos (-4,02%).

Fonte: Portal EBC

Comissão aprova abono salarial para todos os empregados

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara aprovou projeto de lei (PL 4071/12) que concede abono salarial a todos os empregados urbanos e rurais, independente de os patrões serem pessoas físicas ou jurídicas, ou contribuintes do PIS/Pasep. A proposta altera a Lei 7.998/90, que instituiu o abono salarial.

Hoje, o abono é pago somente para os empregados de pessoas jurídicas contribuintes do PIS/Pasep. O texto aprovado acaba com essa vinculação, beneficiando, por exemplo, trabalhadores domésticos e rurais empregados por pessoas físicas, que não são obrigadas pela lei a recolher o PIS/Pasep.

Mudanças - A proposta foi aprovada na forma de um substitutivo apresentado pela deputada Erika Kokay (PT-DF). O projeto é de autoria da Comissão de Legislação Participativa, e foi elaborado com base em sugestão formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Barbacena e Região, de Minas Gerais.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)